

# Perspectivas de Relações entre Biblioteconomia e Pedagogia: um olhar no contexto das políticas públicas de informação e educação

*Perspectives on the relations between Library Science and Pedagogy: a look at public education and information policies*

**Maria Daiane de Oliveira Lima**

Mestre em Biblioteconomia; Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8847-972X>

E-mail: [daianeclariri@gmail.com](mailto:daianeclariri@gmail.com)

**Jonathas Luiz Carvalho Silva**

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia; Professor da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil;

E-mail: [jonathas.carvalho@ufca.edu.br](mailto:jonathas.carvalho@ufca.edu.br)

## Resumo

Trata das políticas públicas de informação e educação, com propósito de verificar as possíveis relações existentes entre as mesmas. O problema que norteia a pesquisa encontra-se no seguinte questionamento: quais as possíveis relações entre Biblioteconomia e Pedagogia, a partir da ótica das políticas públicas de informação e educação? Os objetivos traçados no estudo são: analisar as políticas públicas de educação e de informação com o intuito de apresentar possíveis aplicações; refletir acerca das limitações e aplicações construídas a partir das relações entre as políticas públicas de educação e informação. Para responder à questão levantada e atingir os objetivos postos, utilizou-se dos seguintes métodos: pesquisa exploratória e bibliográfica, onde foram analisadas as leis, programas, projetos e ações sobre a temática, contemplando também as pesquisas de cunho bibliográfico, realizadas por autores renomados da área. Nos resultados, verificou-se as relações estabelecidas entre a Biblioteconomia e Educação, mediante os conceitos de políticas públicas de informação e educação, além das políticas e programas que tem ligações diretas entre as duas áreas, além disso apontou-se determinadas aplicações.

**Palavras-chave:** políticas públicas de informação; políticas públicas de educação; biblioteconomia e educação.

## Abstract

Based on the main objective of verifying the possible relations between Library Science and Pedagogy from the perspective of information and education policies, this study analyzes public education and information policies to present possible applications; and reflects on the limitations and applications built on these relations. An exploratory and bibliographic research analyzed laws, programs, projects and actions on the subject, as well as studies by renowned authors on the field. Results pointed out relations established between Library Science and Education, considering the concept of public information and education policies, as well as policies and programs directly linked with the two areas, and suggested certain applications.

**Keywords:** public information policies; public education policies; librarianship and education.

## 1. Introdução

Múltiplos desafios são impostos à sociedade atual, no que tange à Biblioteconomia e a Pedagogia, faz-se indispensável concretizar medidas que assegurem a democratização do ensino e da informação, tais medidas podem ser alcançadas por meio de programas, projetos e ações de políticas públicas. Inicialmente é preciso compreender que política pública não é apenas um conjunto de decisões, ela é concebida, formulada e implementada a partir de atores sociais diversos que se relacionam e se influenciam mutuamente em um ambiente de conflitos e consensos (JARDIM; SILVA; NHARRELGA, 2009). Nesse sentido, torna-se fundamental o trabalho interdisciplinar entre Biblioteconomia e Educação, a fim de trazer perspectivas de ações que colabore com a comunidade em geral.

Com isso, esse trabalho justifica-se pela relevância da atuação das políticas públicas, em especial, as de informação e educação, as quais podem favorecer o desenvolvimento social, além de possibilitar e ampliar os diálogos e estudos em torno das ações biblioteconômicas e educacionais. Diante disso, urge a seguinte questão: quais as possíveis relações entre Biblioteconomia e Pedagogia, a partir da ótica das políticas públicas de informação e educação?

A fim de sanar a questão levantada, traçou-se os os referidos objetivos: analisar as políticas públicas de educação e de informação com o intuito de apresentar possíveis aplicações; refletir acerca das limitações e aplicações construídas a partir das relações entre as políticas públicas de educação e informação. A metodologia empregada no estudo, constitui-se como método exploratório e bibliográfico, pautado na análise dos documentos que tratam sobre as políticas de informação e educação (leis, projetos, programas e ações).

## 2. Relações conceituais de Políticas Públicas no âmbito da Educação e Informação

A política em seu sentido global pode ser entendida como “a ciência da governança de um Estado ou Nação, a arte de negociar para equilibrar e aliar interesses” (MARSULO, 2016, p. 39). É nesse cenário que se faz necessário refletir e discutir as políticas públicas de educação e de informação. As políticas públicas fazem parte do “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

As políticas públicas podem ser pensadas como ações que podem ser consolidadas em conjunto com a comunidade, possibilitando qualidade e melhorias para todos os segmentos. Correlaciona-se com as atividades Municipais, Estaduais e Federais com intuito de solucionar problemas advindos da sociedade (FERREIRA; CUSIN, 2019). Ao realizar a análise das políticas públicas em educação, faz-se indispensável o entendimento das reformas educacionais que ocorreram entre 1890 a 1930, essas “estão postas como instrumentos que objetivam promover o desenvolvimento econômico e as mudanças nos padrões culturais, em face de um escopo de “solidariedade nacional” (POPKEWITZ, 1997, p. 21). Dessa forma, as reformas auxiliam na compreensão do sistema educativo, em sua composição e influência no contexto atual.

Quadro 1 – Reformas educacionais entre 1890 – 1930

REFORMAS	DESCRIÇÃO
Reforma Benjamin Constant (1890)	Ensino científico; criação de escolas primárias, secundárias e superiores; predomínio de sistema elitista e surgimento do modelo seriado no processo educativo.
Reforma Epiácio Pessoa (1901)	Priorização da formação secundária; consolidação do modelo seriado de ensino e ampliação das avaliações para todos os níveis de ensino.
Reforma Rivadávia Correa (1911)	Eliminação das avaliações; abolição dos certificados e ideário de educação livre.
Reforma Carlos Maximiliano (1915)	Criação de exames de vestibulares; obrigação da conclusão do curso secundário e sistematização do ensino.
Reforma Sampaio Dória de São Paulo (1920)	Reorganização do ensino primário com obrigatoriedade escolar a partir dos 9 anos; aumento nos números de vagas e redução no tempo de alfabetização.
Reforma Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922)	Foco nos trabalhos manuais e no professor de educação física; valorização da educação moral, cívica e profissionalizante.
Reforma Rocha Vaz (1925)	Maior organização no ensino secundário; estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário e organiza o Departamento Nacional de Ensino.
Reforma Distrito Federal (1928)	Preparação para vida social; criação de conselhos escolares e foco no ensino profissionalizante.
Reforma Francisco Campos (1930)	Divisão do ensino secundário em dois cursos seriados, o primeiro sendo fundamental com cinco anos e outro complementar com dois anos; foco no ensino público e na qualificação de professores; criação do Ministério de Educação e Saúde Pública e primeira tentativa de criação de um Plano Nacional de Educação.

Fonte: Os autores (2021).

Nas décadas subsequentes as datas apresentadas no quadro 1, observa-se os avanços como o Plano Decenal de Educação para Todos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4024/1961, Lei 5692/1971 e 9394/ 1996) e novo Plano Nacional de Educação, dentre outros programas e projetos que contribuíram para o desenvolvimento educacional. Entretanto, percebe-se que a educação brasileira passou por períodos de oscilações e tentativas de reorganização do ensino como a criação do Ministério de Educação e Saúde na década de 1930, isso demonstra o tardio desenvolvimento educacional brasileiro e justifica algumas das

complexidades que ocorrem hodiernamente o sistema de educação enfrenta.

Ao construir as relações entre as políticas aqui mencionadas, é preciso compreender a sociedade da informação, caracterizada pela aquisição, armazenamento, processamento e distribuição de informações, mediante os instrumentos tecnológicos e comunicacionais, que provoca amplas transformações no corpo social. Por conseguinte, o Estado torna-se acumulador e produtor de informações, carecendo dessa maneira de ordenamento e sistematizações. Sendo assim, torna-se indispensável a ação das políticas públicas de informação para o desenvolvimento do tecido social.

Quadro 2 – Marcos históricos das políticas públicas de informação

<b>Enfases</b>	<b>Descrição</b>
Ênfase na Tecnologia e comunicação (1950)	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o principal catalizador de ações e práticas voltadas para esse contexto (NEVES, 2016).
Ênfase na ciência e na tecnologia (1970)	Ênfase no desenvolvimento científico e tecnológico.
Ênfase na comunicação (1980)	Valorização da criação de infra-estruturas de informação para comunicação e utilização de base de dados.
Ênfase na valorização da informação (1990)	A informação como objeto de competição entre as organizações; o reconhecimento da informação como bem e direito público.
Ênfase na nova dimensão informacional e seus desafios (2000)	Programa Sociedade da Informação (2000); criação da Política Nacional do Livro (2003) e a criação do programa Fome de Livro (2004).

Fonte: Os autores (2021)

A partir do panorama histórico, percebe-se que as políticas públicas de informação estão vinculadas às outras áreas, como tecnologia, comunicação e educação. Assim as iniciativas relacionadas às políticas “não devem partir unicamente do Estado, mas também da atuação da sociedade civil em torno de suas necessidades para viabilizar a elaboração e a prática de políticas de informação que promovam seu desenvolvimento científico, cultural e social” (NEVES; AGUIAR, 2017, p. 76).

Outrossim, as políticas de informações perpassam variados setores, como é o caso da governança que corresponde as decisões construídas nos setores públicos e privados, formalmente e informalmente, sua função encontra-se em sistematizar e direcionar o foco de uma política (PINHEIRO; VARGAS, 2009). É oportuno mencionar a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 – Lei de acesso à informação, relevante para todos os setores da sociedade, tendo em vista o alcance das informações postas pelos órgãos ou entidades públicas, possibilitando maior atuação da população nas decisões públicas (BRASIL, 2011). Além disso, essa Lei possibilita outras ações como é o caso da Política de Dados Abertos (PDA).

A política de dados abertos que permite a transparência das informações constitui-se por atribuições como as de coletar, organizar, compartilhar e analisar dados e informações, com isso é possível inferir que os profissionais como bibliotecários, arquivistas e museólogos são profissionais habilitados para executar as atribuições postas. Sena (2019, p. 19) corrobora com a premissa de que os profissionais da informação contribuem significativamente com o desenvolvimento e exercício das políticas públicas de informação quando afirma que: “É possível a participação dos profissionais da informação não apenas na implementação, mas também no prosseguimento de uma política pública informacional”.

Percebe-se, então, a relevância do bibliotecário, haja vista que a sociedade atual é demarcada pelo uso da informação em todos os segmentos, sejam eles culturais, tecnológicos, científicos, políticos, econômicos, educacionais, dentre outros. Logo, esse profissional deverá ser capaz de atuar hibridamente, assegurando a democratização da informação. Assim, no que concerne à biblioteca, pode afirmar que essa carece de ações políticas direcionadas a várias categorias, como políticas para pesquisa, políticas para disseminação da informação, políticas para o acesso digital das informações, políticas para gestão informacional, políticas para cultura, leitura e acervos, dentre outras. Dessarte, o Quadro 3 apresenta as abordagens conceituais de políticas públicas de educação e de informação.

Quadro 3 – Perspectivas conceituais entre Políticas Públicas de Educação e Informação

<b>CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO</b>	
<b>Autor</b>	<b>Conceito</b>
Pinheiro (1995)	Conceitua as políticas públicas educacionais como atuações que determinam um modelo de proteção social efetuado pelo Estado em formas de auxiliar na redistribuição dos benefícios sociais e abreviando as desigualdades.
Azevedo (1997)	Concebe a política pública de educação como parte de uma política social que é direcionada pelos ditames e as leis que regem os mercados.
Tello (2012)	Compreende que as políticas públicas em educação estão estruturadas com base nas relações com outros campos de estudo, e é nesse caso que se encontra a epistemologia da política educacional.
Saviani (2017)	Contempla as formações das políticas públicas de educação a partir do cruzamento de duas ciências práticas, a política e a Pedagogia.
Soares (2016)	Afirma que no Brasil as políticas públicas de educação podem ser pontuadas como objeto de pesquisa, subdisciplina da ciência política, campo acadêmico, campo de estudo e campo teórico
<b>CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO</b>	
<b>Autor</b>	<b>Conceito</b>
Jardim, Silva e Nharreluga (2009)	Percebem as políticas públicas de informação como “conjunto de premissas, decisões e ações em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação de natureza pública e privada”.
Silva (1991)	Retrata a política pública de informação como elemento que faz parte do corpo social e do desenvolvimento científico e tecnológico de maneira participativa, além de contribuir com avanços nas áreas de educação, cultura e política.
Muller, Gesteira e Bulcão (2004)	Traduzem as políticas de informações como decisão governamental, cuja responsabilidade está na regulação de todas as atividades e direitos do setor informacional.

Braman (2011)	Política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias – e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade – que envolvem geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação.
Neves e Aguiar (2017)	A políticas de informação envolvem questões tocantes ao acesso à informação governamental, a propaganda, a leis e regulação. Sendo uma de suas funções subsidiar o Estado para demandas da sociedade da informação.

Fonte: Os autores (2021). Baseado em Pinheiro (1995); Azevedo (1997); Tello (2012); Saviani (2017); Soares (2016); Jardim, Silva e Nharreluga (2009) Silva (1991); Muller, Gesteira e Bulcão (2004); Braman (2011); Neves e Aguiar (2017).

Os conceitos expostos no quadro 3, designam as políticas públicas de educação e informação como objetos relacionais que possuem ramificações com outras áreas do conhecimento, como política, ciências e principalmente com fatores sociais. Uma vez que são plausíveis de relacionar-se, é possível indicar **aspectos relacionais**, a saber:

**Aspectos de Multidisciplinaridade-** estabelecem diálogos com outros campos, bem como tecnologias, comunicação, política, cultura, administração, sociologia, dentre outras. O encontro com outras áreas do conhecimento fortalece as políticas e contribui para seu avanço. **Aspectos Sociais-** ambas as políticas públicas mencionadas nesta seção, revelam-se parte de uma política social, tendo em vista a diminuição das desigualdades, analisando as demandas sociais e possibilitando o acesso à educação e a informação. **Aspectos Legislativos-** relacionam-se às Leis, as diretrizes e a responsabilidade governamental. As políticas públicas de educação e informação, assim como outras políticas públicas são anunciadas das exigências da sociedade e atua subsidiando o Estado nessas demandas. **Aspectos Científico- Tecnológico,** reportam-se ao campo da ciência e da tecnologia contribuindo com seu desenvolvimento através da participação nos campos do conhecimento.

Baseando-se nos aspectos elaborados a partir das relações existentes entre políticas públicas de educação e de informação, é possível afirmar que esses compõem-se de diferentes vertentes, contudo caminham em direção ao desenvolvimento científico, social, tecnológico, político, educacional e informacional. Referente aos contextos históricos, importa destacar que, ambas as políticas se desenvolveram de modo tardio no cenário brasileiro, isso resulta nos desafios atualmente enfrentados.

Entretanto, a educação sofreu algumas variações dificultando sua sistematização, no caso das políticas informações sua formação ocorreu de maneira mais sistemática. Portanto, similitudes decorridas das relações conceituais entre políticas públicas de educação e de informação são capazes de minimizar as carências sociais, além de corroborar com o avanço científico e tecnológico. Atenta-se para fato de que as políticas públicas não são tarefas exclusivas do Estado, mas devem ser pensadas e elaboradas em conjunto para benefício

integral.

### 3. Relações entre Pedagogia e Biblioteconomia no âmbito das Políticas de Educação e de Informação

O sistema de educação brasileiro é composto por dois níveis, o primeiro é a Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; o segundo é Ensino Superior que compreende a graduação, pós-graduação e extensão. Baseando-se nos níveis educacionais esta seção aponta as possíveis relações institucionais entre a Pedagogia e a Biblioteconomia, estabelecidas pelos vieses das políticas públicas de educação e informação. Dentre as relações estabelecidas, estão a **Creche/ Pré-escola e Biblioteca Infantil; Ensino Fundamental e Biblioteca escolar; Ensino Médio e Biblioteca Escolar e Instituições de Ensino Superior (IES) e Biblioteca Universitária**. Além disso, apresenta-se as relações de cunho interseccional, uma vez que estão relacionadas entre si.

*A priori*, enfatiza-se a Educação Infantil com as creches e pré-escolas, esses espaços são férteis em práticas e iniciativas para o desenvolvimento da criança. Outrossim, esses ambientes estão estruturados como sendo correlatos entre os campos biblioteconômicos e pedagógicos, tendo em vista as bibliotecas que estão incluídas nesse cenário. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) de 1998 focaliza que os espaços externos à sala de aula como as bibliotecas são constituintes fundamentais para prática educativa. Nesse sentido, realça-se a primeira correlação institucional, **Creche/ Pré-escola e Biblioteca Infantil**. Os vínculos constituídos são estabelecidos por eixos como leitura, escrita, cultura, mediação, alfabetização e letramento.

Uma importante iniciativa é a **Política Nacional de Alfabetização (PNA)** que busca promover a cidadania e elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Em seguida podemos citar o **Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil** - apoia financeiramente os estabelecimentos públicos que ainda não foram contemplados com o orçamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Os recursos podem ser utilizados na parte de infraestrutura, formação de professores, manutenção de programas de transporte escolar e aquisição de material didático- escolar.

O **Programa Tempo de Aprender** tem o propósito de enfrentar as principais causas

das deficiências da alfabetização no país. Também pode ser mencionado o **Programa Conta Para mim**, promove o incentivo as práticas de literacia familiar. Disponibiliza um guia para as Famílias e uma série de vídeos, os quais contêm orientações e dicas simples e diretas para estimular a leitura. Sob o ponto de vista das políticas e programas da Educação Infantil, pondera-se a alfabetização e a leitura como parte dos assuntos mais inquietantes dessa etapa. Dessa forma, faz-se indispensável a contribuição da biblioteca infantil, tendo em vista que essa constitui-se como: “Um espaço lúdico por excelência, pois é o lugar de brincar com os livros e com as letras, do faz de conta, do contar e do ouvir histórias” (MELO; NEVES, 2005, p. 2).

Embora a biblioteca infantil seja essencial ao desenvolvimento da alfabetização e da leitura, as ações mencionadas não abrangem esse espaço em suas pautas. Os programas evidenciam elementos como infraestrutura, oferta de material didático – pedagógico, formação de professores e manutenção de equipamentos, mas não utilizam o termo biblioteca infantil. Como não há menção da biblioteca infantil, é basilar que essa esteja inserida nos projetos de infraestrutura e material didático – pedagógico desses programas, diminuindo, assim, a distância entre biblioteca infantil e creche/ pré-escola.

A segunda correlação institucional é tratada a partir das vinculações **entre Escola de Ensino Fundamental e Biblioteca Escolar**. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998a, p. 15) o ensino fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão, dentre as competências requeridas para o ensino fundamental, destaca-se a relevância da Biblioteca Escolar como estrutura física e pedagógica que contribui para o desenvolvimento educacional dos estudantes, além de torna-se apoio no trabalho e na formação continuada do educador. Ely (2003) aponta cinco dimensões relacionadas à biblioteca escolar no ensino fundamental, bem como a dimensão social, informativa, pedagógica, recreativa e participação do usuário na programação da biblioteca.

Ainda no contexto do ensino básico, apresenta-se a terceira correlação institucional, **Escola de Ensino Médio e Biblioteca escolar**. A biblioteca escolar atua em diversos eixos, dentre eles, estão a formação do leitor literário, a formação em competências informacionais, o apoio em pesquisas escolares, a promoção cultural, além de oferecer espaço, acervo, serviços e produtos que beneficiam os estudantes e professores. Os programas para o ensino médio estão articulados à outras etapas do ensino básico. Toda via, pode-se mencionar o **Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio**, esse tem o intuito de apoiar as secretarias de educação estaduais e do Distrito Federal na elaboração e na execução do Plano de Implementação de novo currículo

que contemple a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os diferentes itinerários formativos e a ampliação de carga horária para mil horas anuais. Tal programa favorece o fornecimento de materiais didáticos – pedagógicos e ferramentas digitais. A biblioteca escolar como dispositivo pedagógico, considerada também como instrumento digital, deve ser integrada a esses elementos.

A nível Estadual pode ser destacados dois programas que são desenvolvidos pela Secretaria de Educação do Ceará, o primeiro corresponde a **Educação Profissional** integra o ensino médio à formação profissional técnico, oferecendo educação em tempo integral. O segundo são as **Escolas Regulares em Tempo Integral na Rede Estadual de Ensino** que tem o propósito de oferecer educação em tempo integral a 50% de escolas públicas.

Os programas mencionados determinam maior quantidade de tempo nos estabelecimentos educacionais, as escolas possuem a pesquisa como princípio pedagógico e o trabalho como princípio educativo; a desmassificação do ensino e itinerários formativos diversificados (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ, 2014). As escolas profissionalizantes têm uma estrutura formidável, porém ao analisar as categorias de infraestrutura, laboratório, currículo, projetos e rotinas pedagógicas, disponibilizadas no portal do programa Educação Profissional, não foram encontradas evidências sobre a biblioteca. Outro fator que carece ser pontuado, está relacionado à atuação dos bibliotecários das instituições profissionalizantes. Em virtude desse cenário preocupante, urge o seguinte questionamento: quem está ocupando o cargo de bibliotecário nas escolas profissionalizantes? Ao examinar dois editais 015/2014 e 022/2014 disponibilizados na plataforma Educação Profissional, esses não apresentam o cargo de bibliotecário, mas ofertam cargo para assistente de biblioteca. Nesse sentido, é indubitável que escolas profissionalizantes não têm o profissional habilitado para gerenciar a biblioteca.

A quarta relação institucional é estabelecida mediante as **Instituições de Ensino Superior (IES) e Biblioteca Universitária**. Dentre as finalidades do ensino superior, podemos mencionar temáticas como: cultura, ciência, formação continuada, tecnologia, comunicação científica, produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico. As bibliotecas universitárias exercem pluralidade em seus processos, de maneira técnica, pedagógica e institucional (SILVA, 2016). Nesse ínterim, as políticas públicas no ensino superior podem ser examinadas à luz do ensino, da pesquisa e da extensão. Importa ressaltar, que os programas aqui mencionados têm o potencial de estabelecer relações com a biblioteca.

Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir) - promove políticas institucionais que assegure o pleno acesso de pessoas com deficiências. A principal meta é adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento na instituição. **Programa Educação Tutorial (PET)** – fomenta os grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores-tutores de grupos do PET.

**Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)** - é um programa voltado aos cursos de Licenciatura com o objetivo de aproximar os alunos do cotidiano das escolas públicas de educação básica, através da prática. **Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT)** - tem o objetivo de apoiar as instituições públicas e comunitárias de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)** - foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP).

**Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT)** - permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. **Repositório Institucionais (RDs)** - são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Dessa forma, auxiliam pesquisadores, instituições e sociedade científica, além de fomentar a preservação da memória científica.

Frente aos programas apresentados, identifica-se as possibilidades de ações existentes entre as Instituições de Ensino Superior e Biblioteca Universitária. O PET é um programa de ampla abrangência, envolve o ensino, a pesquisa e a extensão, consequentemente pode desenvolver ações em conjunto com a biblioteca universitária, bem como com outras categorias de bibliotecas. O programa Incluir é indispensável nas instituições de ensino superior, e como a biblioteca faz parte dessa instituição maior, é necessário que esteja preparada em termos de infraestrutura, sinalizações, mobiliários, acervos em braile, audiolivro, livro falado, entre outros materiais que promovam a inclusão.

Um importante programa para área de licenciatura é o PIBID que busca a formação inicial à docência, nesse sentido é imprescindível que o trabalho com a biblioteca seja incluído nas ações do programa, haja vista que biblioteca é indispensável ao trabalho docente e a

formação discente. Na perspectiva da extensão, ocorre o PROEXT, buscar trabalhar de maneira conjunta a pesquisa e o ensino, alinhando as atividades universitárias de acordo com as demandas sociais, a biblioteca pode apoiar e participar de ações culturais, políticas, sociais e educacionais promovidas pela extensão.

A BDTD, o COMUT e os RDs são exemplos de programas que fazem parte do desenvolvimento da ciência e tecnologia. A primeira colabora, demasiadamente, para o avanço do ensino e da pesquisa nas instituições universitárias, através da difusão da pesquisa, ampliando dessa forma a visibilidade da produção científica. O COMUT permite a interação entre as principais bibliotecas brasileiras, mediante a disponibilidade de cópias de documentos técnicos científicos. Assim, o RDs que auxilia os pesquisadores na disponibilização da produção científica.

Diante do exposto, denota-se que as instituições de ensino superior abrangem a biblioteca universitária, em especial os programas relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico, entretanto a biblioteca pode ampliar seu apoio dentro dos programas de extensão e licenciatura. Como política que se relaciona a todas as etapas da educação, mencionadas anteriormente, indica-se o **Plano Nacional de Educação (PNE)** aprovado pela Lei 13.005/2014 permanente até 2024, estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento da educação, divide-se em vinte metas.

Em meio as vinte metas do PNE, verifica-se que apenas duas referenciam a biblioteca, entre elas estão as metas 6.3 e 7.20. O item 6.3 diz:

institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral (BRASIL, 2014, online).

Assim, a biblioteca é mencionada junto a outros componentes que fazem parte da escola como recurso físico, que pode contribuir com a educação em tempo integral. Na meta 7, destaca-se o item 7.20 que visa:

prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet integral (BRASIL, 2014, online).

Ao examinar as metas estabelecidas pelo PNE, percebe-se que a temática biblioteca é mencionada minimante, a alusão feita a esse ambiente é ponderada de forma técnica e generalizada.

Um programa que estabelece relação entre ensino infantil, fundamental e médio é o **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)** ofertado desde 1997 com propósito de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores, por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. De acordo com o site do Ministério da Educação (MEC) o programa divide-se em três ações, são elas: PNBE Literário: avalia e distribui obras literárias; PNBE Periódico: avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para escolas de educação infantil, fundamental e médio; PNBE do Professor: avalia e distribui obras de cunho teórico e metodológico, voltados à prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos.

Conforme o exposto, é possível assegurar que o PNBE está direcionado à avaliação e distribuição de livros, contudo sabe-se que a biblioteca escolar não é composta apenas por acervo, são necessárias medidas que empreguem as obras de forma significativa, trazendo resultados concretos na formação do estudante e na formação continuada dos professores. Compreende-se que o PNBE carece avançar em seus conceitos e abrangência no que se refere à biblioteca e bibliotecário, haja vista, que o termo bibliotecário sequer é mencionado no próprio texto que compõe o programa, apresentado no portal do MEC. O objetivo do programa propõe o acesso à cultura e ao incentivo à leitura nos alunos e nos professores, por meio da distribuição das obras. Mas como realizar esse objetivo, se a maior parte das bibliotecas não possuem bibliotecários?

É fundamental que o programa reveja sua compreensão sobre biblioteca, ampliando sua visão, não apenas no contexto da distribuição de obras, mas também inserindo o bibliotecário, que fará com que o acervo seja utilizado de maneira relevante. O **Plano de Ações Articuladas (PAR)** é outra estratégia de articulação entre as etapas da educação básica, promove assistência técnica e financeira as escolas do Município e do Distrito Federal, objetivando a permanência com sucesso dos estudantes na educação básica. O PAR apresenta quatro eixos como

indicadores: gestão educacional; formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e de avaliação, infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Observa-se que o PAR é uma ação de apoio as instituições educacionais, dentre as ações pedagógicas que se relacionam ao trabalho biblioteconômico de abrangência do programa, estão o acervo bibliográfico e a jornada literária. Logo, denota-se que a biblioteca, mais uma vez, está sendo posta de forma diminuta, assim fica a margem dos interesses educacionais. Ademais, tem-se o **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)** que estabelece conexões entre o ensino infantil, fundamental médio. Abrange a avaliação e disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, **softwares** e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos.

A Educação a Distância (EAD) regulada pelo Decreto Nº 9.057 de 25 de Maio de 2017 é uma das modalidades educacionais que merece atenção, tendo em vista a sua evidência nas perspectivas atuais. Escolas, Universidades e outros ambientes educacionais são assistidas por programas que promovem a educação a distância, entres esses estão: **Educação Conectada** - desenvolvido no ano de 2017 na responsabilidade do Ministério da Educação, tem o objetivo de universalizar o acesso à internet e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO)** – criado em 1997 para promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. **Universidade Aberta do Brasil** – é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos superiores por meio da educação a distância (EaD), prioritariamente, para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica, assim como, dirigentes, gestores e trabalhadores em educação dos estados, municípios e do Distrito Federal. **Portal Domínio Público** – é uma biblioteca o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal. De cunho virtual de referência para professores, alunos, pesquisadores e para a população em geral.

O ensino a distância estabelece relações com a Biblioteconomia, a partir das bibliotecas digitais. Os programas expostos são dispositivos que buscam universalizar o acesso à internet,

a fim de que a comunidade educacional tenha a obtenção das tecnologias digitais a favor da sua formação. As bibliotecas digitais têm um papel fundamental no desenvolvimento da educação a distância, porém não estão incluídas nos programas Educação Conectada e Proinfo, pois esses não constituem conexões com a biblioteca. De forma antagônica, a Universidade Aberta do Brasil integra a biblioteca em sua estrutura. Sob esse viés, é oportuno destacar os polos são estruturas físicas que apoiam tecnologicamente, pedagogicamente e administrativamente as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de educação a distância (CAPES, 2018). Os polos comoparte da Universidade Aberta do Brasil devem dispor de uma biblioteca física com espaço para estudo, além de contar com o apoio do bibliotecário.

Outra questão relevante é a educação inclusiva, essa se constitui como direito de todos em todas as etapas da educação, por isso se caracteriza como uma relação interseccional e se materialize vide a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** - promove o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo. A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB** (Lei 9394/96) prescreve que os sistemas de ensino devem garantir aos estudantes currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Com isso Universidades e escolas, bem como outras instituições de ensino devem assegurar a inclusão das pessoas com deficiência.

De encontro com as políticas educacionais apresentadas, são formuladas categorias institucionais, cuja as relações são estabelecidas pelos vínculos correspondentes, a saber: **Centro de estudos especializados e Bibliotecas especializadas** – as bibliotecas especializadas têm o propósito de suprir as demandas informacionais das organizações que se encontram, por isso são possíveis de serem implantadas em todos os grupos de bibliotecas. Na perspectiva da universidade tem-se as bibliotecas setoriais; outros tipos de bibliotecas são as governamentais, empresariais, jurídicas, dentre outras.

Ademais, tem-se a **Educação a distância e Bibliotecas digitais**- Para Cunha (1999, p. 28) a biblioteca digital é “conhecida como biblioteca eletrônica (termo preferido dos britânicos), biblioteca virtual (quando utiliza os recursos da realidade virtual), biblioteca sem paredes e biblioteca conectada a uma rede”. Essa especialidade de biblioteca faz parte de todas

as outras, desde a biblioteca infantil até a universitária. Na educação as bibliotecas digitais são essenciais para que os estudantes tenham amplo acesso à informação de maneira remota.

Por fim, aponta-se para **Educação especial e Bibliotecas com atendimentos especiais/inclusivos** – Essa categoria se fundamenta como interseccional, em virtude de que todas as etapas do ensino, bem como todas as tipologias de bibliotecas devem promover a inclusão de pessoas com deficiência. Em decorrência disso, as bibliotecas como parte de instituições maiores devem promover acessibilidade mediante acervos específicos como literatura em braille, áudio book, livros em fontes ampliadas, livro digital em libras, etc. O mobiliário e a arquitetura da biblioteca também devem ser considerados, além de contar com profissionais capacitados para atender as diversas deficiências. Alves (2017, p. 1895) corrobora afirmando que “as medidas de acessibilidade nas bibliotecas devem respeitar as demandas de acordo com as deficiências visando atender as necessidades informacionais de cada indivíduo”.

Diante da conjuntura das políticas públicas de educação nos âmbitos do ensino básico e do ensino superior, compreende-se a sua notoriedade para o avanço do ensino no País. Embora os programas contribuam com o desenvolvimento educacional, identifica-se a insuficiência de ações que promova legitimidade da biblioteca, seja no Ensino Básico como também na Educação Superior.

#### **4. Aplicabilidades das relações entre Pedagogia e Biblioteconomia a partir das Políticas Públicas de Educação e de Informação**

Visto as relações institucionais determinadas pelas políticas públicas de educação e de informação, é necessário pensar em aplicabilidades que venham somar com as políticas públicas de informação e educação. Em primeiro lugar cabe refletir acerca das limitações postas nesse cenário, para em seguida propor as ações. Logo, encontra-se alguns desafios, como: limitação na compreensão do conceito de biblioteca; carências de programas que apreciem a biblioteca no âmbito das políticas públicas de educação e de informação; carência de sistemas Municipais, Estaduais e Nacional de bibliotecas infantis e escolares, ausência do cargo de bibliotecário nessa rede de biblioteca infantis, escolares e profissionalizantes, incluindo o Estado do Ceará e por fim, a falta de orçamento próprio para bibliotecas.

A biblioteca pode ser considerada um vasto espaço de possibilidades políticas, sociais, comunicacionais, administrativas, tecnológicas, pedagógicas, institucionais, dentre outras.

Ademais, percebe-se a biblioteca como ambiente intrinsecamente vinculado à informação, que dispõe de processos, fluxos e ações direcionados à construção do conhecimento. Lemos (2005, p. 101) versa sobre a biblioteca com a finalidade de instituição social e estabelece pré-requisitos para sua construção, a saber:

Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

Consoante os pressupostos evidenciados acima, nota-se que o autor corrobora a ideia de biblioteca para além de uma coleção de livros, mas atribui a importância desse espaço ser consolidado politicamente e socialmente. Logo, é possível compreender a biblioteca não só na perspectiva da sua estrutura física, mas como um forte elemento de impacto na sociedade. Em segundo lugar, nota-se as carências de programas que apreciem a biblioteca no âmbito das políticas públicas de educação e de informação. Frente as políticas públicas aqui examinadas, é possível perceber que as bibliotecas são vistas de forma limitada, isso decorre pelo fato de que as bibliotecas estão inseridas nas políticas de educação e as mesmas compreendem esse espaço apenas pelo viés das coleções.

A biblioteca constitui-se a partir da articulação com outros eixos, como é o caso da leitura, cultura, pesquisa, alfabetização, gestão, ética, inclusão, artes, letramento, segurança de informação e tecnologia informacional, bem como as questões técnicas científicas, dentre outras. Nesse sentido, entende-se que a biblioteca não pode ser posta unicamente pelas políticas educacionais, mas pensadas pelos vieses de outras políticas públicas, em especial a política informacional.

Na perspectiva de Pinheiro (2012) se as políticas de informação não estiverem prevalência para o Estado que se configura como informacional e não burocrático, a questão que surge é quem ficará responsável por criar, transformar, sistematizar o fluxo e o uso das informações específicas do Estado? Será necessário apresentar as “proximidades pelo tratamento, assim como os hiatos, contradições e conflitos em torno da informação a ser transformada em conhecimento” (PINHEIRO, 2012, p. 68). Diante disso, uma possível alternativa seria inserir as políticas de informação no contexto das políticas de educação, a articulação entre essas duas políticas ampliaria o conceito de biblioteca, bem como a criação de outras ações que venha contemplar a biblioteca por outras perspectivas, como cultura,

tecnologia, pesquisa, gestão, projetos pedagógicos, letramento, entre outras.

Ainda na perspectiva das limitações encontradas mediante as relações de políticas públicas de educação e informação, tem-se a carência de sistemas Municipais, Estaduais e Nacional de bibliotecas infantis e escolares. Mesmo diante das contribuições dadas pelas bibliotecas infantis e escolares, constata-se a falta de bibliotecas nos espaços educacionais. Com o propósito de modificar tal situação são tomadas algumas medidas, como é o caso da Lei 12.244 de 24 de maio de 2010 (BRASIL, 2010) que versa sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. A Lei estabelecia um prazo máximo de dez anos, a qual teve sua finalização efetivada em 2020, a mesma também propõe que seja respeitada a profissão do bibliotecário, regidas pelas Leis 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998 (BRASIL, 2010). Embora a Lei abra espaço para expansão das bibliotecas escolares, os dados revelam que 55% das escolas brasileiras não tem biblioteca, ou seja, das 180 mil escolas, 98 mil não possuem bibliotecas (BRASIL, 2018). Tal situação demonstra que a Lei 12.244/10 de forma isolada não é suficiente para promover a biblioteca de forma significativa.

Com fito de ressignificar a Lei 12.244, surge o projeto de Lei 9.484/2018, ainda aguardando aprovação pelo Senado Federal, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)” (BRASIL, 2018). Na perspectiva de Silva (2019, p. 71) o projeto de Lei 9.484 “promove maior visibilidade da biblioteca escolar, em especial no que se refere a inclusão do equipamento cultural e dimensionamento de atuação da biblioteca no campo informacional, educacional, tecnológico, recreativo e que envolve a formação de competências e habilidades”.

Dessa forma, urge a necessidade de integrar as políticas de informação no contexto das políticas públicas de educação que tratam da biblioteca, uma vez que as políticas de informação contemplam os ambientes informacionais de forma abrangente, distintivamente das políticas de educação que compreendem a biblioteca de forma genérica. Ressalta -se a necessidade de implantar um sistema de biblioteca escolar a nível Nacional, Estadual e Municipal. Salienta-se que tais sistemas devem abranger não apenas a biblioteca escolar, mas também a biblioteca infantil.

Uma outra categoria que denota as deficiências ocasionadas da relação entre as políticas de educação e de informação é a ausência do cargo de bibliotecário nessa rede de biblioteca infantis, escolares e profissionalizantes, incluindo no Estado do Ceará. É perceptível a falta de

programas educacionais direcionados à atuação ao bibliotecário, bem como sua formação continuada e até mesmo a sua pouca inserção nas bibliotecas infantis e escolares.

A Internacional Federation of Library Associations and Institutions (IFLA, 2016, p. 30) discorre sobre a competência do bibliotecário escolar, a qual está em gerenciar o espaço de aprendizagem físico e digital da “escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o ensino e a aprendizagem”. Sob esse ponto de vista, percebe-se que a atuação do bibliotecário é primordial para o avanço da biblioteca.

Em vista disso, é oportuno evidenciar a Lei 4.084 de 30 de Junho de 1962 que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, mediante seu Art. 1º “A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor” (BRASIL, 1962, p. 1).

Além disso, os bibliotecários também são assegurados pela Lei 12.244/10 mencionada anteriormente, o seu Art. 3º dispõe sobre a profissão e estabelece que a mesma deve ser respeitada (BRASIL, 2010). Toda via, mesmo diante da Lei que regulamenta a profissão, o que se percebe é a ineficiência de fiscalizações por parte dos órgãos responsáveis, no intuito de garantir o espaço de atuação do bibliotecário, haja vista que boa parte das bibliotecas infantis e escolares são gerenciadas por outros profissionais. Políticas públicas devem ser propostas para efetivar a Lei 12.244/10. Silva (2019, p. 74) destaca algumas proposituras para o seu cumprimento, dentre elas estão: [...] “é preciso uma articulação dos órgãos biblioteconômicos, como reuniões, audiências e eventos em geral com o poder público e com a iniciativa privada para discussão sobre a formação de políticas para as bibliotecas escolares”.

De tal modo, as Leis se estabelecem como forma de fortalecer a atuação do bibliotecário, assim como assegurar a universalização das bibliotecas. Contudo, urge a necessidade de repensar as políticas públicas de educação e de informação que favoreçam a atuação do profissional em Biblioteconomia nas redes de ensino. Além de uma atuação mais arrojada por parte dos profissionais da informação, como também os da educação, dos conselhos de classe, dos órgãos governamentais e da população. Por último, considerando as deficiências encontradas nas políticas públicas examinadas, compreende-se que uma das questões que causam discrepâncias nas relações institucionais entre Biblioteconomia e Pedagogia pode ser visualizada na questão orçamentária, pois a maior parte das bibliotecas não possuem um

orçamento próprio.

Diante dessa problemática, verifica-se que as bibliotecas ficam dependentes de instituições maiores, tal fato faz com que as bibliotecas também limitem seu trabalho, pois estarão vulneráveis as decisões das instituições as quais pertencem. O orçamento é componente do trabalho de gerenciamento da biblioteca, o mesmo fomenta a autonomia do bibliotecário, a atualização do acervo, bem como o avanço dos projetos. -

Isto posto, é preciso criar políticas públicas que implantem programas e ações estratégicas que permitam a biblioteca gerenciar seus próprios recursos financeiros. Assim sendo, faz-se oportuno frisar, que os programas direcionados aos recursos das bibliotecas são administrados pela área de educação, entretanto os mesmos contemplam apenas uma parte da biblioteca, ou seja, estão voltados para as coleções. Dessa maneira, é válido o envolvimento das políticas de informações, pois essas estão vinculadas as questões biblioteconômicas e podem favorecer a biblioteca de modo mais abrangente, propondo meios que favoreçam a criação de ações orçamentarias próprias da biblioteca.

Para tanto, propõe-se a adoção de algumas medidas, como ampliar o conceito de biblioteca, fomentar a criação de bibliotecas infantis e escolares, mediante o projeto de Lei 9.484/ 2018 que visa a criação do (SNBE), consolidar a atuação do bibliotecário nas instituições educacionais, a partir da integração entre profissionais da informação e da educação, além da participação dos conselhos de classe e comunidade, por último, mas não menos importante a criação de uma política que assegure orçamentos específicos para bibliotecas, com intuito de promover o trabalho integral desse ambiente.

Em suma, sugere-se que as políticas de educação voltadas à biblioteca estabeleçam maior relação com as políticas de informação, a fim de construir políticas públicas de maior abrangência para bibliotecas e fortalecer as ações que as configura como um recurso técnico, científico, cultural e pedagógico, rompendo dessa forma com o paradigma de que a biblioteca é uma coleção de livro.

## 5. Considerações finais

A partir do estudo realizado, constatou-se a relevância das políticas públicas, não apenas como uma série de decisões, mas como ações concretas, que necessitam ser articuladas coletivamente, considerando as demandas da sociedade, sendo assertivas nas mudanças e avanços sociais. Para buscar responder o questionamento proposto na pesquisa, inicialmente destacou-se os conceitos em comum de políticas públicas de Biblioteconomia e de Educação, em seguida evidenciou-se as relações entre as mesmas, enfatizando programas, projetos e ações que poderiam ter aproximações, e por fim apontou-se as possíveis aplicações das políticas públicas aqui analisadas.

Desse modo, respondendo à questão inicial que norteia este trabalho, verificou-se inicialmente aspectos relacionais entre as políticas públicas de informação e educação, de cunho conceitual, a saber: **multidisciplinaridade; social; legislativo e científico- tecnológico**. A partir dessa análise o estudo certificou-se que todos os aspectos citados caminham para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, além de tentar minimizar as carências em torno das demandas sociais.

Em seguida, a partir do estudo realizado em torno das relações e aplicabilidades que cercam as políticas públicas de informação e educação, detectou algumas limitações, como: **restrita compreensão do conceito de biblioteca; carências de programas que apreciem a biblioteca no âmbito das políticas públicas de educação e de informação; carência de sistemas Municipais, Estaduais e Nacional de bibliotecas infantis e escolares; ausência do cargo de bibliotecário nessa rede de biblioteca infantis, escolares e profissionalizantes, incluindo o Estado do Ceará e por fim, a falta de orçamento próprio para bibliotecas**.

Portanto, há carências de projetos, programas e ações que contemplem a biblioteca de forma abrangente no cenário educativo, logo é necessário empreender esforços para fortalecer o cenário das bibliotecas no âmbito educacional, como o trabalho em conjunto entre bibliotecários e docentes. Assim, pretendeu-se com esse trabalho fomentar as relações entre Biblioteconomia e Educação, a partir das políticas públicas, como também suscitar na comunidade novas políticas, programas, projetos e ações que venham contemplar a informação e o ensino, e dessa forma contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

## Referências

ALVES, Tatiane Lemos. Biblioteca acessível: eliminando barreiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 13, n. esp., p. 1883-1898, 2017.

AZEVEDO, Janete M Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRAMAN, Sandra. A economia representacional e o regime global da política da informação. *In*: MACIEL, Maria Lucia (Org). **Informação, conhecimento e poder: mudança e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 41-66.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Educação, cultura e esporte**. 2018. Ver em: <https://www.camara.leg.br/noticias/549315-dados-do-inep-mostram-que-55-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura/>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Lei 12. 244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 maio 2020.

BRASIL. Lei 4.084, 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 jun. 1962. Disponível em: <https://bit.ly/2VnXnJO>. Acesso em: 10 ago. 2020

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 25 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiros e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)**. c2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CEARÁ (Estado). Edital n. 015 de 3 de junho de 2014. Edital de convocação para seleção para composição de banco de recursos humanos de diretores para as escolas estaduais de educação profissional – EEEP da rede pública estadual de ensino. 2014. **D.O. do Estado do Rio de Janeiro**, 03 jun. 2014.

CEARÁ (Estado). Edital n. 022 de 11 de junho de 2014. Edital de convocação para seleção para composição de banco de recursos humanos de diretores para as escolas estaduais de educação profissional – EEEP da rede pública estadual de ensino. 2014. **D.O. do Estado do Rio de Janeiro**, 11 jun. 2014.

FERREIRA, Maria Aparecida Nascimento; CUSIN, Cesar Augusto. Perspectivas conceituais e gerenciais de políticas públicas na contemporaneidade. 2019. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, São Paulo, v.5, n.2, p. 157-170, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8135>. Acesso em: 30 maio 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. Haia: 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/>. Acesso em: 15 maio 2021.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LEMOS, Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. (org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 184p.

MARSULO, T. G. **O profissional da informação na elaboração de políticas públicas**: uma análise do plano nacional do livro e da leitura (PNLL). 102 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências-Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

MELLO, M. P; NEVES, D. A. B. A importância da biblioteca infantil. **Biblionline**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 1-8, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/download/584/422>. Acesso em: 31 jun. 2021.

MULLER, Ana. R.; GESTEIRA, Ivana Aparecida Lins; BULCÃO, Marivaldina. Políticas públicas de informação no Brasil: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO – CIFORM, 5., 2004, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2004.

NEVES, Barbara Coelho; AGUIAR, Niliane Cunha. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/33296>. Acesso em: 04 set. 2021.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Estado informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 61-77, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/jkhSSFJLRFBK7TdkwQY87wR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; VARGAS, Diana Alexandra Cubillos. Política e sociedade da informação: reconfiguração e força. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/182?show=full>. Acesso em: 01 ago. 2021.

PINHEIRO, Vinícius C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 12, jun./dez. 1995.

POPKEWITZ, Thomas. **Reforma educacional**: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX**. Autores Associados, 2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ (CEARÁ). Governo do Estado do Ceará. **Edital nº 015/2014**. [Seleção para composição de banco de recursos humanos de diretores para as escolas estaduais de educação profissional – EEEP da Rede Pública Estadual de Ensino]. 2014. Disponível em:

<https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/EditalSelecaoDiretores15.2014.pdf>.

Acesso em: 20 set. 2020.

SENA, Normaci Correia dos Santos. **Profissional da informação no contexto de dados abertos nos legislativos da cidade de Salvador, Bahia**: uma análise a partir da lógica para consistente. 2019. f.135. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Lei de universalização das bibliotecas escolares (12.244/10). **Revista Informação em Cultura**, Rio Grande Norte, v. 1, n. 1, p. 60-93, 2019.

SILVA, Terezinha Elizabeth da. Política de informação na pós modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.1, n.1, p. 8-13, jan./dez. 1991. Disponível em:

[https://brapci.inf.br/repositorio/2010/12/pdf\\_1428812696\\_0013994.pdf](https://brapci.inf.br/repositorio/2010/12/pdf_1428812696_0013994.pdf). Acesso em: 04 jun. 2020.

SOARES, Solange Toldos. Concepções de estado e política educacional: uma análise comparativa a partir das perspectivas epistemológicas. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 6-20, jan./abr. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9389>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa: UEPG, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jul. 2012. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/3376>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Artigo submetido em: 06 out. 2022

Artigo aceito em: 17 fev. 2023